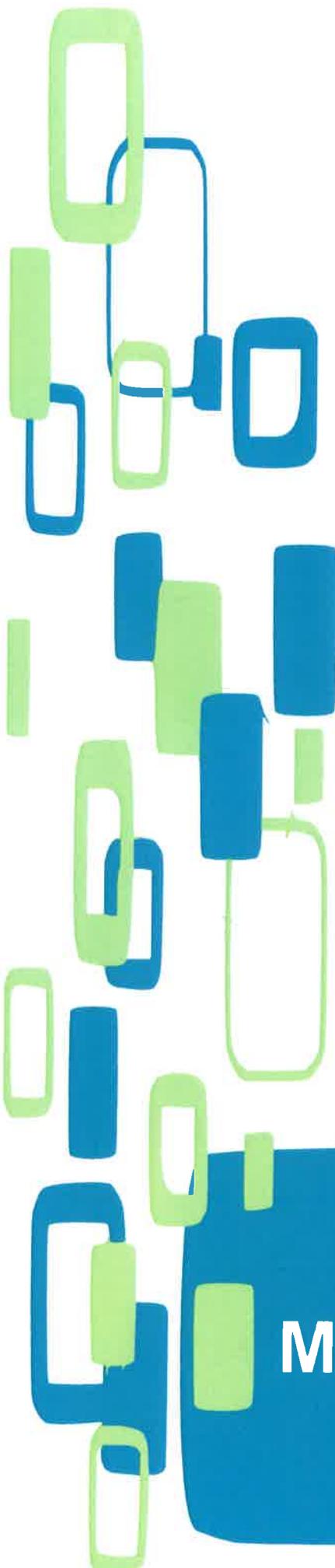




ANEXO A.4: DOCUMENTOS GENÉRICOS (SNC-AP)

**DOCUMENTOS GENÉRICOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS –
SNC-AP**

6. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



Município de Albufeira

MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA

Período de relato: 01-01-2021 a 31-12-2021

Certificação de Contas (CLC)		
1	É obrigatória?	Sim
2	Foi emitida?	Sim
3	Se obrigatória por que não foi emitida	-
4	Identificação da entidade que emitiu a CLC	DFK & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
5	Identificação da entidade que emitiu a CLC - NIPC	504012681
6	Data de início da prestação de serviços	10 de março de 2021
7	Esta entidade pertence ao órgão de fiscalização?	Não
8	Tipo de opinião	Opinião com reservas
9	Data da CLC	14 de abril de 2022
10	Ênfases?	Sim N.º 1
11	Transcrição das ênfases	<p>"Conforme referido no relatório de gestão e nos acontecimentos subsequentes do anexo às demonstrações financeiras, apesar da pandemia do Covid-19 verificada nos anos de 2020 e 2021, que afetou a economia mundial, o ano de 2022 esperava-se muito promissor até meados de fevereiro, altura em que a situação na Ucrânia-Rússia veio ensombrar essa perspetiva, podendo o cenário macroeconómico não vir a ser tão favorável para a obtenção de melhores resultados. Como consequência desta situação, a economia revela atualmente um enorme estado de incerteza, cuja duração e consequências são ainda imprevisíveis. Com os elementos disponíveis, consideramos que estão criadas as condições operacionais para a manutenção da atividade da Empresa, estando assegurados os compromissos financeiros assumidos.</p> <p>A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria."</p>
12	Reservas?	Sim N.º 4
13	Transcrição das reservas	<p>" 1. Com referência a 31 de dezembro de 2021, a rubrica de Ativos Fixos Tangíveis ascende a um valor líquido de 218.927.310 euros. No decurso do nosso trabalho foi identificado um conjunto de cerca de 300 ativos para os quais a Entidade não conseguiu desenvolver todos os procedimentos necessários para proceder à sua valorização, conforme previsto na NCP 5 e que, por este motivo, se encontram registados com um valor bruto de montante nulo no cadastro. Nesse sentido, não estamos em posição de nos pronunciar sobre eventual impacto que esta situação poderá ter nas Demonstrações Financeiras da Entidade.</p> <p>2. Com referência a 31 de dezembro de 2021, a rubrica de Clientes, Contribuintes e Utentes ascende a um valor líquido de 3.789.560 euros, cujo valor constante nos registos contabilísticos não é passível de reconciliar com os valores em dívida no Modulo de Gestão de Clientes. Nesse sentido, não estamos em posição de nos não estamos em posição de nos pronunciar sobre o eventual impacto que esta situação poderá ter nas Demonstrações Financeiras da Entidade.</p> <p>3. Com referência a 31 de dezembro de 2021, a rubrica de Investimentos Financeiros ascende a 3.640.052 euros, e inclui uma participação financeira totalmente provisionada relativa à entidade PolisAlbufeira; Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, S.A., que se encontra em liquidação. Apesar de existir em curso um projeto de partilha de ativos e passivos, não foi possível aferir em que medida poderão resultar para a Câmara Municipal de Albufeira a transferência de responsabilidades, bem como a transferência de outros ativos. Nesse sentido, não estamos em posição de nos pronunciar sobre o eventual impacto que esta situação poderá ter nas Demonstrações Financeira de Entidade.</p> <p>4. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 apenas integram informação sobre contabilidade de custos, não estando devidamente implementada a contabilidade de gestão prevista no Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública através da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27. A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientação técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código da ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.</p> <p>Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas."</p>

Nota: Anexar a CLC

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Câmara Municipal de Albufeira** (Município ou Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de ativo de 295.422.956 euros e um total do património líquido de 259.888.564 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 4.198.176 euros), a demonstração de resultados por natureza, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Câmara Municipal de Albufeira** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

1. Com referência a 31 de dezembro de 2021, a rubrica de Ativos Fixos Tangíveis ascende a um valor líquido de 218.927.310 euros. No decurso do nosso trabalho foi identificado um conjunto de cerca de 300 ativos para os quais a Entidade não conseguiu desenvolver todos os procedimentos necessários para proceder à sua valorização, conforme previsto na NCP 5 e que, por esse motivo, se encontram registados com um valor bruto de montante nulo no cadastro. Nesse sentido, não estamos em posição de nos pronunciar sobre o eventual impacto que esta situação poderá ter nas Demonstrações Financeiras da Entidade.
2. Com referência a 31 de dezembro de 2021, a rubrica de Clientes, Contribuintes e Utentes ascende a um valor líquido de 3.789.560 euros, cujo valor constante nos registos contabilísticos não é passível de reconciliar com os valores em dívida no Modulo de Gestão de Clientes. Nesse sentido, não estamos em posição de nos pronunciar sobre o eventual impacto que esta situação poderá ter nas Demonstrações Financeiras da Entidade.

3. Com referência a 31 de dezembro de 2021, a rubrica de Investimentos Financeiros ascende a 3.640.052 euros, e inclui uma participação financeira totalmente provisionada relativa à entidade PolisAlbufeira; Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, S.A., que se encontra em liquidação. Apesar de existir em curso um projeto de partilha de ativos e passivos, não foi possível aferir em que medida poderão resultar para a Câmara Municipal de Albufeira a transferência de responsabilidades, bem como a transferência de outros ativos. Nesse sentido, não estamos em posição de nos pronunciar sobre o eventual impacto que esta situação poderá ter nas Demonstrações Financeiras da Entidade.

4. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 apenas integram informação sobre contabilidade de custos, não estando devidamente implementada a contabilidade de gestão prevista no Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública através da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

ÊNFASE

Conforme referido no relatório de gestão e nos acontecimentos subsequentes do anexo às demonstrações financeiras, apesar da pandemia do Covid-19 verificada nos anos de 2020 e 2021, que afetou a economia mundial, o ano de 2022 esperava-se muito promissor até meados de fevereiro, altura em que a situação na Ucrânia-Rússia veio ensombrar essa perspetiva, podendo o cenário macroeconómico não vir a ser tão favorável para a obtenção de melhores resultados. Como consequência desta situação, a economia revela atualmente um enorme estado de incerteza, cuja duração e consequências são ainda imprevisíveis. Com os elementos disponíveis, consideramos que estão criadas as condições operacionais para a manutenção da atividade da Empresa, estando assegurados os compromissos financeiros assumidos.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 131.599.182 euros, incluindo um saldo de gerência anterior, no valor de 56.515.084 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga de 95.373.904 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relativo previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Alfragide, 14 de abril de 2022

HUGO
ALEXANDRE
MATEUS
SALGUEIRO

Assinado de forma
digital por HUGO
ALEXANDRE
MATEUS SALGUEIRO
Dados: 2022.04.14
13:04:22 +01'00'

Hugo Alexandre Mateus Salgueiro
(ROC nº 1499 inscrito na CMVM sob o nº 20161109)
em representação de DFK & Associados, SROC, Lda

